

prazo de 12 (doze) meses, ou por vontade da maioria dos associados. **S**

No caso de transformação em cooperativa, cessará a existência da entidade, desde que decidida em assembleia geral, efectuando o disposto no § único do artigo 20.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO SAO FRANCISCO - FRANAVE
ATA Nº 68 (SESSENTA E OITO) DE REUNIÃO DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO SAO FRANCISCO
- FRANAVE REALIZADA EM 14 (QUATORZE) DE JUNHO DE MIL
NOVECENTOS E OITENTA E TRÊS (1983).

nos quadros de 1997, de junho, de acordo com o movimento de entrada e saída, foram 08,30 horas, na Sessão Social, à Avenida São Francisco, 1.517, na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais, reuniram-se os Membros do Conselho de Administração da Companhia Navegação do São Francisco — FNAVA, abaixo assinados:

1. Com a palavra, o Presidente do Conselho de Administração, Senhor Manoel Cleonildo de Oliveira, falou em votação o nome do Senhor MARCIO JOSÉ DE PAULOS ANANÍAS, brasileiro, casado, economista, natural de Belo Horizonte

M. S. portador de carteira profissional nº 6.94.558, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, CPF nº 083.923.506-87, residente e domiciliado a Avenida comandante Santiago Dantas, 293, nesta cidade de Piracicaba-MG, indicado pelo Superintendente Nacional da Marinha Mercante SUNAMAR, para exercer o Cargo de Diretor de Administração e Finanças da Companhia de Investimentos do São Francisco – (CINFSA) O Conselho de Administração, no uso de suas atribuições legais, resolveu, por unanimidade, aprovar o contrato de acção conforme Artigos 20 e 29 – inciso III, dos Estatutos da Sociedade

[illegible]

gestão do S. S. e do J. S. e. PATRULHAS ANIMADAS, eleito para o Cargo de Diretor de Administração, para o mandato FRAC-VE-4. O Presidente submete a apreciação do Conselho para o devolvido, as atas das Sessões, realizadas de acordo com o índice de 65% de aprovação. Os Senhores, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que tem a honra de usar os resultados estatísticos de seu trabalho do debate. Os Senhores, desejamos, agora, discutir o assunto em

[illegible]

como o voto decisivo dos senhores b). Frustrada para o Conselheiro Swob Aballia, reafirma-se aqui a importância e colaboração para o sucesso das reuniões de interesse do Estado, bem como ao seu alcance. O Conselheiro José da Silva Bueno, tendo recebido os pareceres sobre a atual conjuntura do país, comentou que a Congregação deveria tomar decisões rápidas no sentido de manter suas atividades fundamentais vivas e não deixar que a Secretaria de Planejamento deixasse de existir, recomendando ainda a fidelidade da administração do distrito aos fins da presidência.

preços nos R\$ 66,99 e de 26/12/87 a R\$ 60,00 de 28/12/87. Neste mês haverá o tratamento de lavagem a quente e a estirada por todos os presentes para fins de controle. Frio, de 14 de junho de 1986, por Manoel Celso de Almeida, Presidente do Conselho de Administração, José Leonardo Figueira, Diretor de Administração, e Antônio de Fátima, Diretor de Administração. Certificamos que a presente cópia foi de acordo com o original assinado e rubricado pelo Sr. Manoel Celso de Almeida.

JOSE LEOPOLDO FILHO - Membro do Conselho de Administração da ANPD.

MADUREIRA - Membro do Conselho de Administração da SWE - SUBDUTTA.

Membrado do Conselho de Administração, JOSE CARLOS GALVAO BUENA

Membros do Conselho de Administração: Luiz Nery, presidente; José Francisco da Silva e
 B. Motta - Assessor Jurídico; D. B. M. - SGA; E. B. S. - SGA.
 JUICEM 600.990 - 7 - 623 Junta Comarcária do Juízo de Direito de São Paulo - SP.
 D. A. - Juiz de Direito, que este documento padeci de taxa, to ajuizado na data e nume-
 ro apostos no Juízo competente. Ceto Ceto. Fiscal. Secretário - G. 27 JUN 1983

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, FUNDAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINS.

ARTIGO 1º - Sob a denominação de Núcleo Regional de Voluntários de Combate ao Câncer, que usará também a sigla N. R. V. C. C., fica organizado no Município de Ubá, Estado de Minas Gerais, onde terá sede e foro por tempo indeterminado, uma sociedade civil, particular, fundada a 04 de março de 1.982, destinada a:

a) propiciar aos doentes portadores de câncer, com diagnóstico certo e ou provável, o encaminhamento adequado para tratamento especializado;

b) assistir economicamente a família desses doentes, quando carentes de recursos;

c) incentivar a criação de Núcleos Municipais nas cidades vizinhas objetivando maior eficiência na prestação de serviços. Esses Núcleos Municipais poderão solicitar toda orientação necessária ao N. R. V. C. C., Ubá;

d) O N. R. V. C. C., deverá desenvolver atividade que se convertam em benefícios exclusivos dos doentes, dentro das normas legais;

e) cadastrar todo paciente que for encaminhado para tratamento e registrar todos os dados que obtiver posteriormente;

f) de acordo com as leis vigentes da Previdência Social providenciar a aposentadoria do doente quando houver incapacidade para o trabalho;

g) o N. R. V. C. C., solicitará às Prefeituras Municipais providenciar a locomoção e transporte dos pacientes carentes de recursos, no mínimo até Ubá, se possível até o local de tratamento, com o visto do N. R. V. C. C. Quando isto for inviável, o N. R. V. C. C., deverá tomar as providências necessárias ao encaminhamento para auxiliar os Municípios desprovidos de tais recursos.

ARTIGO 2º - O N. R. V. C. C., terá caráter leigo, não se fazendo discriminação de raça, cor, sexo e credo político e ou religioso às pessoas que dele necessitarem ou forem por ele beneficiados.

CAPÍTULO II

DOS SÓCIOS, ADMISSÃO, SEUS DIREITOS E DEVERES

ARTIGO 3º - São as seguintes as categorias de sócios do N. R. V. C. C.:

a) Fundadores - São considerados sócios fundadores todas as pessoas que ajudaram a criar o N. R. V. C. C., conforme ata de constituição e as que fizeram parte da diretoria até a data da aprovação do presente Estatuto.

b) Cooperadores - São considerados sócios cooperadores todas as pessoas idôneas que de alguma forma colaboram com o N. R. V. C. C., através de prestação de serviços, doações, legados, contribuições mensais, etc.

PARÁGRAFO ÚNICO - A critério da Assembléia Geral em 04.03.82, ficou estabelecido como Presidente de Honra do N. R. V. C. C., o Sr. MANOEL ROQUE, pioneiro na implantação do N. R. V. C. C., em Uba.

ARTIGO 4º - São direitos dos sócios:

- a) votar e ser votado;
- b) participar das atividades do N. R. V. C. C.;
- c) denunciar perante a Diretoria ou Assembléia Geral qualquer infração ao presente Estatuto.

ARTIGO 5º - São deveres dos Sócios:

- a) aceitar cargos para os quais forem eleitos, encargos e comissões designadas, ressalvados os casos de ordem particular, devidamente comprovados;
- b) cooperar para a consecução dos objetivos do N. R. V. C. C.;
- c) comparecer às Assembléias Gerais;
- d) cumprir o Estatuto e acatar os atos da diretoria.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO E DELIBERAÇÃO

ARTIGO 6º - São órgãos de administração e deliberação do N. R. V. C. C.;

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Deliberativo;
- d) Conselho Fiscal.

CAPÍTULO IV

DA ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO 7º - Assembléia Geral é um órgão soberano e poderá deliberar em termos definitivos sobre quaisquer assuntos do N. R. V. C. C., sendo constituída pelos seus sócios fundadores e cooperadores.

ARTIGO 8º - Compete à Assembléia Geral:

- a) eleger e dar posse à Diretoria;

b) deliberar sobre questões de interesse do N.R.V.C.C. que lhe forem propostas pela Diretoria ou por qualquer associado no gozo de seus direitos;

c) deliberar sobre a reforma do presente Estatuto observando o disposto no artigo 26;

d) tomar conhecimento do relatório da Diretoria sobre as atividades administrativas, financeiras e as demais constantes das finalidades do N. R. V. C. C., conforme artigo 1º.

ARTIGO 9º - Cada sócio tem direito a 01 (um) voto na Assembleia Geral, não sendo permitido voto por procuração ou representação.

ARTIGO 10º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano, sendo uma até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício financeiro, e extraordinariamente, sempre que convocada, de acordo com o presente Estatuto.

§ 1º - O N. R. V. C. C., reunir-se-á ordinariamente todas as segundas, terça-feiras do mês às 19:30 horas.

§ 2º - A convocação da Assembleia Geral será feita com antecedência de, pelo menos 10 (dez) dias, através de ofícios com ampla divulgação.

§ 3º - As deliberações serão tomadas por maioria absoluta de seus sócios em 1ª (primeira) convocação. Não havendo número, os presentes se reunirão no mesmo dia, 30 (trinta) minutos mais tarde e poderão deliberar validamente por maioria exceto o disposto no Artigo 26.

CAPÍTULO V

ARTIGO 11 - O N. R. V. C. C., será dirigido por uma Diretoria composta de: presidente, vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário, 1º tesoureiro e 2º tesoureiro, com mandato de 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Evitar-se à reeleição de qualquer membro da Diretoria no mesmo cargo por mais de 02 (dois) períodos.

ARTIGO 12 - À Diretoria compete:

a) Dirigir o N. R. V. C. C., fazendo cumprir as normas estabelecidas neste Estatuto;

b) Fazer cumprir as deliberações das Assembleias Gerais.

ARTIGO 13 - Compete ao Presidente:

a) Assinar a convocação da Assembleia Geral quando feita pela Diretoria;

b) Convocar as reuniões da Diretoria;

c) Participar das reuniões da Diretoria presidindo-as e nelas usando o seu direito de voto apenas por desempate;

d) Representar o N. R. V. C. C., ativa e passivamente em juízo ou fora dele;

e) Assinar, juntamente com o tesoureiro todos os cheques e ordens de pagamento necessários, e demais documentos que envolva responsabilidades financeiras;

f) Fazer junto com o secretário relatório anual das atividades administrativas, apresentando-o à Assembléia Geral e ao Núcleo Central em Belo Horizonte;

g) Praticar os demais atos inerentes ao cargo;

ARTIGO 14 - Compete ao Vice-Presidente:

a) Substituir o presidente em seus impedimentos eventuais ou vacância do cargo;

b) Participar das reuniões da Diretoria com direito a voto;

c) Auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções.

ARTIGO 15 - Compete ao 1º Secretário:

a) Secretariar as reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais, lavrando as respectivas atas;

b) Organizar e dirigir os serviços de secretaria de acordo com as normas traçadas pela Diretoria;

c) Fazer a correspondência e organizar a documentação necessária ao recebimento de subvenções e doações;

d) Manter em ordem o arquivo, correspondências, relatórios, etc., prestando aos membros da Diretoria os esclarecimentos solicitados;

e) Substituir o vice-presidente em seus impedimentos eventuais;

f) Manter correspondência com os núcleos municipais e com o Núcleo Central de Belo Horizonte;

Praticar dos demais atos inerentes ao cargo, participando das reuniões da Diretoria com direito a voto.

ARTIGO 16 - Compete ao 2º secretário:

a) Substituir o 1º secretário em seus impedimentos eventuais ou vacância do cargo;

b) Participar das reuniões da Diretoria com direito a voto;

c) Auxiliar o 1º Secretário no desempenho de suas funções.

ARTIGO 17 - Compete ao 1º Tesoureiro:

a) Ter sob sua responsabilidade a guarda de bens, rendas e valores do N. R. V. C. C.;

b) Manter em dia e boa ordem, os livros da tesouraria de acordo com as normas estabelecidas pela escrituração mercantil;

c) Prestar a qualquer membro da Diretoria as informações que lhe forem solicitadas;

d) Assinar, juntamente com o presidente, todos os documentos que envolvam responsabilidades financeiras, inclusive cheques e recibos;

e) Participar das reuniões da Diretoria com direito a voto.

ARTIGO 18 - Compete ao 2º Tesoureiro:

a) Substituir o 1º Tesoureiro nos seus impedimentos eventuais ou vacância do cargo;

b) Participar das reuniões da Diretoria com direito a voto;

c) Auxiliar o 1º Tesoureiro no desempenho de suas funções.

ARTIGO 19 - Qualquer membro da Diretoria e Conselho Fiscal e Deliberativo que faltar a três reuniões consecutivas sem justificção, será afastado do cargo do N. R. V. C. C., sendo eleito novo elemento para esse cargo.

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 20 - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes.

ARTIGO 21 - Compete aos Fiscais:

a) Apreciar e fiscalizar os balanços e contas apresentadas pela Diretoria e emitir parecer sobre despesas extraordinárias;

b) Opinar sobre assuntos de contabilidade e questões financeiras quando solicitado;

c) Requisitar e examinar, a qualquer tempo, livros e papéis relacionados com a Administração Orçamentária do N. R. V. C. C.;

d) Fiscalizar todos os trabalhos em que forem empregados os recursos do N. R. V. C. C.;

e) Participar das reuniões da Diretoria com direito a voto, cada elemento.

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO DELIBERATIVO

ARTIGO 22 - O Conselho Deliberativo será composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplente.

ARTIGO 23 - Compete aos membros do Conselho Deliberativo:

- a) Participar das reuniões da Diretoria com direito a um voto cada elemento;
- b) Deliberar, junto com a Diretoria, sobre os casos omissos nesse Estatuto;
- c) Auxiliar os membros da Diretoria sugerindo novas formas alternativas de ação para o N. R. V. C. C., quando oportuno.

CAPÍTULO VIII

DO PATRIMÔNIO

ARTIGO 24 - O Patrimônio do N. R. V. C. C., compõe-se de:

- a) Bens móveis e imóveis que venha a possuir;
- b) Donativos ou legados;
- c) Subvenções dos poderes públicos, federal, estadual e ou municipais;
- d) Contribuições dos sócios e ou voluntários.

ARTIGO 25 - Extinto o N. R. V. C. C., os bens que constituem seu patrimônio serão destinados a entidades filantrópicas do gênero, locais ou alhures, conforme decisão da Assembléia Geral convocada para esse fim.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 26 - Para resolver sobre a dissolução, encampação ou incorporação do N.R.V.C.C., Núcleo Regional de Voluntários de Combate ao Câncer a outra pessoa jurídica, bem como sobre a reforma do presente Estatuto a Assembléia Geral convocada especialmente para esse fim, deliberará por 2/3 (dois terços) de votos do total de seus sócios, em pleno gozo de seus direitos, ou 1/3 (um terço) deles em segunda convocação que se dará 30 (trinta) minutos após a primeira convocação no mesmo dia.

ARTIGO 27 - Todos os cargos de administração, fiscalização e deliberação serão exercidos gratuitamente.

ARTIGO 28 - Na hipótese de renúncia coletiva da Diretoria e ou dos Conselhos Deliberativos e Fiscal, ou de qualquer membro desses órgãos, a Assembléia Geral elegerá elementos que compoem a Diretoria e ou Conselhos, pelo prazo que restar ao mandato dos renunciantes.

ARTIGO 29 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil

ARTIGO 30 - No fim de cada exercício proceder-se-á o balanço geral observando as prescrições legais.

ARTIGO 31 - Não poderá ser remetida para fora do País nenhuma quantia em dinheiro pertencente ao N. R. V. C. C..

ARTIGO 32 - Os sócios não respondem pelas obrigações sociais contraídas pelo N. R. V. C. C..

ARTIGO 33 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria ouvida a Assembleia Geral.

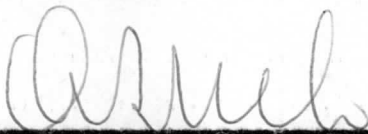
ARTIGO 34 - O presente Estatuto, aprovado pela Assembleia Geral constitui a lei básica do N. R. V. C. C. e entrará em vigor na data de sua aprovação, devendo ser registrado no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, para fins de direito.

20353306/0001-39

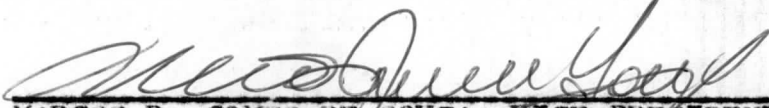
Núcleo Regional de Voluntários de
Combate ao Câncer

Av. Bias Fortes, 39 - Bairro Eldorado
CEP 36500
UBA - MG

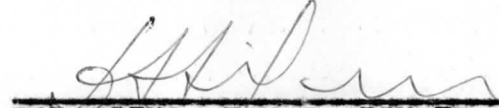
Uba, MG, 22, de fevereiro de 1.983



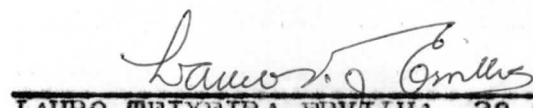
AIRTON SOARES DE MELO, PRESIDENTE, Engenheiro Agrônomo, Crea 2015, CIC-025.694.186-68.



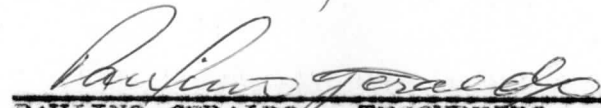
MARCOS R. GOMES DE SOUZA, VICE-PRESIDENTE, Advogado, OAB 37075, CIC-003.084.986-15.



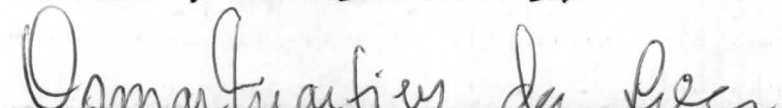
DORCELINO AFONSO SILVEIRA, SECRETARIO, Comprador, CIC-334.173.266-72.



LAURO TEIXEIRA ERVILHA, 2º SECRETARIO, militar, CIC-008.022.476-87



PAULINO GERALDO, TESOUREIRO, Representante Comercial, CIC-003.086.686-34.



OSMAR M. DA SILVA, 2º TESOUREIRO, Bancario
CIC-003.086.176-49.